



Imprensa/Mídia Alternativa: Uma reflexão sobre o tema¹

Célia Regina Trindade Chagas Amorim²

Resumo: Este artigo faz uma reflexão sobre o tema Imprensa/Mídia Alternativa. Revisita o conceito de imprensa alternativa centralizado nos pequenos jornais que explodiram na ditadura militar de 1964. Atualmente, nos encontros de pesquisadores no Brasil vem ganhando força a expressão mídia alternativa. John Downing trabalha tal termo para as infinitas manifestações da comunicação de linha contra-hegemônica inseridas nos mais diversos contextos da história da humanidade. Afora esta questão, faz-se referência a críticas de estudiosos, brasileiros e estrangeiros, quanto à preferência por objeto de pesquisa de grande visibilidade, bem como o preconceito quando se lida com meios de comunicação que não fazem parte do circuito do jornalismo tecno-informacional moderno.

Palavras-chave: Mídia alternativa; jornalismo independente; comunicação.

Este trabalho discute a temática Imprensa/Mídia Alternativa. Pesquisar esta área não é uma tarefa simples, já que boa parte dos estudos no Brasil em comunicação/jornalismo prioriza objetos da chamada grande imprensa, jornais e revistas de grande visibilidade, incluindo obviamente as mídias mais badaladas rádio, TV e a vedete do século XXI, a rede mundial de computadores.

Tal constatação foi confirmada no primeiro encontro do Grupo de Trabalho História da Mídia Alternativa em 2005, sediado em Novo Hamburgo (RGS) dentro da Rede Alfredo de Carvalho, que está sistematizando a História da Mídia Brasileira, por meio de encontros nacionais, há exatos cinco anos.

A rede não contemplava o *GT Mídia Alternativa*, que passou a compor sua programação no encontro sulista. De acordo com o professor e pesquisador José Marques de Melo, há necessidade sim de se introduzir tal estudo na agenda dos pesquisadores

¹ Trabalho apresentado ao GT História da Mídia Alternativa, do V Congresso Nacional de História da Mídia. Este artigo faz parte da pesquisa de doutorado desenvolvida na PUC/SP, intitulada *Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia*, sob orientação do prof. Dr. Amalio Pinheiro.

² Célia Regina Trindade Chagas Amorim é Jornalista, doutoranda do Programa em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre pela mesma instituição e programa. É pesquisadora bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: silvamor@ig.com.br



mediáticos, fascinados, em sua maioria, “pelo protagonismos das grandes empresas nacionais”³.

No Pará, apenas para se ter um exemplo, esta pesquisadora foi a primeira a se lançar no estudo do alternativo *Jornal Pessoal*⁴, originando a dissertação de mestrado defendida em 2002, na PUC/SP, intitulada *Oralidade e riso na primeira página do Jornal Pessoal: um recorte cultural da Amazônia*, sob orientação do prof. Dr. Amálio Pinheiro. O estudo surgiu depois de 15 anos de plena atividade do pequeno jornal na região.

Parte da dissertação foi apresentada no I Encontro de Mídia Alternativa (Novo Hamburgo, RGS/ 2005), no II (Maranhão, São Luiz/ 2006) e no II Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos (Porto, Portugal/2005). Já no III Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) (Florianópolis, SC/2005); II Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Semióticos (São Paulo/2005) e no I Encontro Nacional para o Estudo da Semiosfera (São Paulo/2005) os trabalhos versaram sobre a pesquisa de doutorado ora em curso na PUC/SP intitulada: *Jornal Pessoal: Uma metalinguagem jornalística na Amazônia*.

Especificamente no primeiro encontro de Mídia Alternativa (Novo Hamburgo/RGS/2005) e no segundo (Maranhão/São Luiz/2006) esta pesquisadora pôde registrar, em meio às discussões com outros estudiosos e profissionais da área, não só do Brasil como também de outros países, a preocupação no que diz respeito à dificuldade de acesso a fontes, arquivos e uma bibliografia não tão ampla quanto ao tema.

Afora isso, há o preconceito quando se lida com os meios de comunicação que não fazem parte do circuito do jornalismo tecno-informacional moderno, ou seja, de expressão hegemônica tanto nas academias quanto nas mídias. O historiador brasileiro Werneck Sodré afirma, por exemplo, que “aqueles que se ocuparam em estudar a imprensa brasileira antiga julgaram o pasquim pelas suas aparências apenas, pelo que apresentava de exterior e

³ Esta fala de José Marques de Melo consta em Cd-rom do III Encontro Nacional de História da Mídia, da Rede Alfredo de Carvalho, realizado na cidade de Novo Hamburgo, em 2005. Consultar o endereço eletrônico www.jornalismo.ufsc.br/redealcar.

⁴ O *Jornal Pessoal* é um alternativo que existe na Amazônia há 20 anos. Totalmente independente de publicidade, é assinado pelo sociólogo e jornalista Lúcio Flávio Pinto, que realiza todas as tarefas, da pauta a captação de notícia, reportagem, edição, distribuição. A respeito do periódico, consultar os dois Cd-rom do (3º e 4º) Encontro Nacional de História da Mídia ou na internet pelo endereço eletrônico www.jornalismo.ufsc.br/redealcar.



formal, e condenaram-no como manifestação espúria, sem significação, marginal”. (1999, p.174).

Já o pesquisador inglês John D.H. Downing, autor da obra *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais* (2002), de forma mais incisiva, enfatiza:

A profunda desigualdade entre as abordagens correntes aos meios de comunicação se deve precisamente à recusa em se levar a sério a persistência histórica e a disseminação geográfica da mídia radical alternativa. Embora o alcance dessa mídia, na aurora do século XIX, seja mais amplo do que nunca – exigindo, por isso mesmo, nossa atenção analítica – esses meios de comunicação não são, de forma alguma, recentes na cultura e na política. A questão é que só há pouco tempo eles entraram na pauta da teoria e dos estudos oficiais, que têm uma predileção pelo que parece óbvio e fácil de verificar. (2002, p.21).

Downing revela ainda a freqüente tendência em lançar um festival de gracejos cínicos no que diz respeito à ignorância mercadológica de certos projetos de mídia radical alternativa, sua contabilidade, bem como a condenação à morte e à inanição por causa dessas falhas. (2002, p.491).

Bastante oportuno para esse debate é o pensamento do professor de comunicação da PUC/SP, Arlindo Machado, que ao fazer a apresentação do livro de Downing, analisou criticamente aquilo que chama de “ibopização dos debates” impostos pelas mídias dominantes, tendo conseqüências, inclusive, nas academias.

A ditadura do Ibope determina não apenas o que vai ser produzido pelas mídias, mas também o que vai ser estudado nas universidades, debatido nos encontros de especialistas e discutidos nos círculos intelectuais. Discussões mais qualitativas costumam ser imediatamente descartadas e tachadas de exóticas ou elitistas. A impressão que se tem é a de que em breve nada mais poderá ser abordado entre nós se não tiver obtido 20 pontos percentuais de Ibope, ou atingido uma tiragem de pelo menos 500 mil exemplares. Mas essa não é a lógica das próprias mídias dominantes? Por que deveria o pensamento sobre as mídias se “midificar” ele também. (2002, p.12).



Frente a toda essa discussão, passou a ser uma preocupação do *GT Mídia Alternativa* a busca “de conceitos, bibliografia e orientações metodológicas capazes de nortear as pesquisas na área, construindo referenciais para discutir e problematizar o tema mídia alternativa”, como destaca a coordenadora do GT, Karina Janz Woitowicz.

Ao levar em conta estas considerações, começa-se a tentativa para circunscrever o tema imprensa/mídia alternativa no âmbito da Comunicação. Uma parcela considerável das pesquisas no Brasil adotou como campo conceitual o termo imprensa alternativa ou nanica para o fenômeno de jornais de pequeno porte que surgiram no período da ditadura militar (1964-1985).

Assim, registra-se: o termo imprensa alternativa é utilizado na obra clássica, de autoria de Bernardo Kucinski, denominada *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991) para designar os inúmeros jornais que circularam durante os anos de ditadura militar no Brasil e que se caracterizavam por noticiar os graves crimes praticados no país, como as mortes de presos políticos, as formas de torturas implementadas pelo DOI-CODI, da rua Tutóia, em São Paulo, a ostensiva convivência do Estado com grupos nacionais e internacionais que controlavam a economia, a violação dos direitos humanos, a dívida externa, a luta contra a censura e ao regime autoritário imposto ao país, enfim, entre outros temas de interesse geral da população.

Estes periódicos - um dos símbolos de resistência era o *Pasquim* - ficaram conhecidos como imprensa alternativa, de leitor, nanica, independente ou underground. Kucinski, que realizou na obra citada um importante levantamento referente à imprensa alternativa, informa que no período de 1964 a 1980, nasceram aproximadamente 150 periódicos das mais várias tendências: políticos, satíricos, feministas, ecológicos, culturais que tinham como traço comum a intransigente oposição ao governo militar. (1991, p. XIII).

Destaca-se a tentativa de Kucinski, que foi participante do movimento jornalístico alternativo desse período e pesquisador do tema na Universidade de São Paulo, em conceituar, na apresentação de seu livro, o termo imprensa alternativa ou imprensa nanica:

A palavra nanica, inspirada no formato tablóide adotado pela maioria dos jornais alternativos foi disseminada principalmente por publicitários, num curto período em que eles se deixaram cativar

por esses jornais. Enfatiza uma pequenez atribuída pelo sistema a partir de sua escala de valores e não dos valores intrínsecos à imprensa alternativa. Ainda sugeria imaturidade e promessa de tratamento paternal. Já o radical de alternativa contém quatro dos significados essenciais dessa imprensa: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação difícil e finalmente, o desejo das gerações dos anos 60 e 70, de protagonizar as transformações sociais que pregavam. (1991, p.XIII)

Desse modo, contrastando com a fiel colaboradora do Golpe de 1964, a grande imprensa, que, por isso mesmo, passou a ser sustentáculo e natural beneficiária do regime militar, ecoando em suas páginas o discurso triunfalista do governo, “os pequenos jornais dessa época construíram um discurso alternativo que se opunha naturalmente por princípio ao discurso oficial”. (KUCINSKI, 1991, p.XIII).

Seguindo as pegadas de Kucinski, Rivaldo Chinem, em *Imprensa alternativa – jornalismo de oposição e inovação* (1995), ao tentar definir tal termo, não acrescenta nenhuma novidade ao que já tinha sido mencionado pelo professor da USP. Chinem, ao utilizar o mesmo período de Kucinski, ressalta:

entre 1964 a 1980 nasceram e morreram cerca de 300 periódicos que se caracterizavam pela oposição intransigente ao regime militar. Esses jornais ficaram conhecidos como imprensa alternativa, de leitor, independente e underground. O dicionarista Aurélio Buarque de Holanda acrescentou, na segunda edição de seu *Novo Dicionário*, a definição do termo ‘alternativo’ como algo que não está ligado aos interesses ou tendências políticas dominantes. (1995, p.7-8).

Neste livro, Chinem aborda a história dos jornais políticos da década de 70. São eles: *Pasquim, Opinião e Movimento*.

Já José Luiz Braga, na obra *O pasquim e os anos 70 mais pra epa que pra oba* (1991), não se aventura a cunhar o termo, mas ressalta que o jornalista Alberto Dines diz que foi a sua coluna, intitulada *Jornal dos jornais*, publicada na *Folha de S. Paulo*, quem lançou a expressão “imprensa alternativa” no Brasil. “Ele (Dines) também diz que a imprensa alternativa é a vanguarda do jornalismo”. (1991, p.74).

Barbosa Lima Sobrinho analisou tanto a expressão alternativa quanto o termo nanico em Boletim da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), datado de agosto/setembro de 1980, e chegou a conclusão de que ambos referem-se a jornais que “mantém ‘condições especiais de independência’ e que sua existência é ‘condição essencial da liberdade de imprensa’ ” (Braga, 1991, p.74-75).

No estudo de Paolo Marconi, intitulado *A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)*, há um anexo dedicado a esta temática. Marconi coloca seu ponto de vista da seguinte maneira:

Na década de 60 deu-se o surgimento da imprensa denominada independente, nanica ou alternativa. (...) O primeiro jornal desse tipo - o *Pif-Paf* - surgiu em 1964 e teve duração efêmera de 8 edições quinzenais sob a direção do esquerdista Millôr Fernandes. O mesmo humorista em 1969, reunindo-se a um grupo de críticos e humoristas de esquerda (Ziraldo, Tarso de Castro, Henfil, Jaguar) funda o semanário *O Pasquim*. As características desta imprensa: tiragem reduzida de cada impressão; repercussão reduzida, exceções como *O Pasquim*, *Movimento*, *Em Tempo*; falta de esquema empresarial com trabalho semi-artesanal na maioria dos órgãos; ausência de suporte financeiro adequado, caracterizada pela inexistência de anúncios comerciais, etc. (1980, p.307-309).

O termo, gerador de polêmicas, principalmente no que diz respeito ao fazer jornalístico, provocava, à época, discussões acaloradas quando intelectuais e jornalistas tentavam buscar o sentido preciso da expressão “alternativa”. Perseu Abramo, em artigo publicado pela revista *Tempo e Presença*, datado de 1998, contribui para esse debate ao enfatizar que, no sentido estrito do termo, tal imprensa nunca foi de fato uma alternativa à outra, à chamada grande imprensa burguesa.

Não foi alternativa no sentido de oferecer ao leitor uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler o *Jornal do Brasil* para ler o *Opinião*, ou trocar *O Estado de S. Paulo* por *Movimento*. E não apenas pelo fato de a imprensa alternativa ser periódica, em contraposição aos grandes jornais diários. Porque *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de *Veja*, *Isto É*, *Visão*, etc. (1988, p.1).



Assim, Abramo sugere, como uma das razões fundamentais, o fato de esses pequenos semanários ou mensários políticos não possuírem capacidade financeira, material e humana capaz de “enfrentar a máquina poderosa da grande imprensa, e que vai se tornando cada vez mais poderosa justamente a partir da implantação da ditadura em 1964 e da modernização do Estado burguês no Brasil”. (1988, p.1).

Um outro caminho para se entender o caráter real da imprensa alternativa, na visão de Abramo, e que aqui se aproxima da visão de Kucinski, é o fato de que toda a sua existência está muito mais em fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la.

É como se, na era da ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. Mas a contracultura só passa a ter existência real enquanto imagem invertida no espelho da cultura existente. Só existe contraponto quando existe o "ponto". (1988, p.1).

Em outras palavras, Abramo quer enfatizar o caráter dialético desta insubordinada imprensa, quando afirma que esta era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande.

Dependência contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Era preciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro. (1988, p.1).

Daí que não é por mero acaso que a maior fonte de dados e informações da imprensa alternativa era a grande imprensa, não só a brasileira como, em muitas vezes, a estrangeira. É Abramo quem explica:

Os jornalistas da imprensa alternativa tinham, por óbvias razões políticas, poucos e difíceis acessos aos chamados meandros do poder, ao aparelho do Estado, ao interior das empresas, à intimidade dos principais grupos econômicos. É certo que uma ou outra vez "vazava" uma informação, uma dica, uma sugestão, trazida aqui para fora a partir de um político liberal com



algum conhecimento do reinado tecnoburocrático que constituía a seiva da ditadura militar. Aí, a imprensa alternativa deitava e rolava. Mas eram raros esses casos. (1988, p.2).

Naturalmente que a pauta desta imprensa tinha por base as notícias da grande imprensa. Entretanto, o que se caracteriza como alternativo era o enfoque da notícia, “os informantes ouvidos em *off*, a orientação oposicionista da análise e da interpretação, e o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado, que se refletia nos títulos, nas fotos, nas charges e nos editoriais”. (1998, p.2).

Mas, ao se pretender combater “a imprensa burguesa, inevitavelmente, comprometia a qualidade, o nível, o alcance de boa parte do material da imprensa alternativa”. (1998, p.2). Tal quadro passa a se alterar no final da década de 1970, e de acordo com Abramo, está mais em função das mudanças operadas no movimento social concreto do que no seio da imprensa alternativa.

É que começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas Comunidades Eclesiais de Base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por líderes que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa. (1988, p.2).

Frente a esta literatura, se poderia chegar à conclusão apressadamente de que o termo imprensa alternativa só abrigaria pequenos jornais que surgiram nos anos negros do regime militar, ou seja, necessariamente atrelado a tal período. Um exemplo é o próprio *Jornal Pessoal*, que por ter sido lançado pós-ditadura militar - primeira quinzena de setembro de 1987 - estaria excluído de tal categoria, hipótese levantada durante os debates no encontro sulista em 2005⁵.

Apesar da escassez de bibliografia sobre os meios alternativos principalmente na época atual, é sabido que a imprensa alternativa não é um fenômeno exclusivo do período

⁵ Mais informações sobre o *Jornal Pessoal* estão disponíveis nos dois Cd-rom do Encontro Nacional de História da Mídia, GT- Mídia Alternativa, da Rede Alfredo de Carvalho, 2005 e 2006, respectivamente.

ditatorial brasileiro. O próprio Kucinski reconhece as raízes históricas de tal fenômeno quando apresentou o termo:

Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, como outros surtos da história do nosso jornalismo, entre os quais os pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiu o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1808-1920), com quase quatrocentos títulos. Nos três casos, pequenos jornais sem fins mercantis, produzidos precariamente, às vezes por um homem só, como eram muitos pasquins, dirigiam-se a sociedade e às classes subalternas criticando o Estado e propondo mudanças. A imprensa alternativa dos anos 70 pode ser vista, no seu conjunto, como sucessora da imprensa panfletária dos pasquins e da imprensa anarquista, na função social de criação de um espaço público reflexo, contra-hegemônico. (1991, p. XXI).

O *Jornal Pessoal* tem suas raízes sim neste tipo de imprensa opinativa, alternativa, que já apareceu e aparecerá em vários momentos da história do jornalismo. E como tal cria na Amazônia a função social que Kucinski ressaltou acima: de um espaço público reflexo, contra-hegemônico.

Para o editor do próprio *Jornal Pessoal*, Lúcio Flávio Pinto, a expressão imprensa alternativa encerra em si uma categoria pertencente a determinado meio de comunicação. A imprensa, segundo ele, deveria ser apenas imprensa, sem adjetivos acompanhantes. Assim, ele opina:

Imprensa comprometida em ir atrás dos fatos e divulgar as informações relevantes para a vida social. Não interessa a quem serve ou a quem contraria. Desde que as matérias se baseiem efetivamente em fatos e estes fatos tenham relevância social, devem ser publicados. Não só os fatos, naturalmente: raciocínios, análises, idéias e propostas também devem estar todos os dias na imprensa. Sua principal finalidade é aproximar a agenda dos cidadãos da pauta da história. Permitir que os cidadãos tenham acesso aos fatos importantes antes que eles sejam consumados. Não deixar que as decisões sejam privilégio de minorias, grupos de pressão ou interesses exclusivistas. Esta imprensa é necessária para todos. (2005, p.103).

Saindo do universo da literatura brasileira, Jürgen Habermas (1984), em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, embora não cite o termo imprensa alternativa, enfatiza a existência de uma imprensa que se desenvolve “a partir da politização do público” (1984, p.215). Trata-se de uma imprensa ativa, como uma espécie de mediador e potenciador, negando-se a ser tão-somente um veículo para transportar informações e ser instrumento de estímulo da cultura consumista.

Este tipo de prática, que se poderia caracterizar como alternativa, pode ser constatado, de modo exemplar, segundo Habermas, “em períodos revolucionários, quando os jornais dos menores grupelhos políticos brotam como capim”. (1984, p.216). No Brasil, vários são os exemplos, entre eles destacam-se os pasquins que lutaram pela liberdade e independência do Brasil de Portugal na primeira metade do século XIX e os pequenos alternativos que fizeram história durante os anos negros da ditadura de 1964.

Mar de Fontcuberta (1983) é outra pesquisadora que pode oferecer importante contribuição ao tema, bem como complementar as opiniões acima, ao apontar o alternativo para as mais diversas possibilidades de comunicação. Segundo ela, o alternativo apresenta-se, quase sempre, “como a possibilidade de distorção, mudança e até subversão dos distintivos elementos que compõem o processo comunicativo. Outras vezes, localiza-se além do modelo comunicativo dominante, questionando inclusive o modo de produção *massmediático*”. (Fernandez, 2000, p.297) De acordo com Fontcuberta uma comunicação será mais ou menos alternativa à medida que subverta uma ordem moral, política, social, econômica, tecnológica, cultural, simbólica e ideológica.

Tal pensamento entende o alternativo como um processo aberto, plural e é nesta perspectiva que já se começa a pensar nos encontros de comunicação brasileiros (GT Mídia Alternativa, da Rede Alfredo de Carvalho) no termo mídia alternativa ao invés de imprensa alternativa, dada à possibilidade de abrigar os múltiplos objetos alternativos (com sua linguagem e história próprias), inseridos também nos mais diversos contextos da história da humanidade.

O que se pode observar é uma ampliação do termo, pois a categoria imprensa alternativa não só ficou ligada aos pequenos jornais que explodiram nos anos da ditadura militar de 1964 como também sugere tão somente veículos impressos.

Para fechar esta discussão, naturalmente que não se esgota nesses autores, um estudioso que vem aparecendo nas pesquisas de comunicação quando envolve tal temática é John Downing, que trabalha o conceito de mídia radical alternativa para as mais diversas manifestações da comunicação de linha contra-hegemônica, ou seja, aquela “mídia – em geral de pequena escala e sob muitas formas diferentes – que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”. (2002, p.21). Nesse sentido, os sujeitos engajados neste tipo de mídia estão ligados com propostas de ação crítica no meio social.

Para elaborar o conceito, Downing apóia-se, entre outros autores, em Gramsci, a partir da leitura de hegemonia cultural capitalista e da contra-hegemonia popular; na pedagogia popular de Paulo Freire; e em Bakhtin, no que diz respeito ao dialogismo textual.

Assim, ele evoca o intelectual orgânico de Gramsci como sendo o comunicador/ativista da mídia radical alternativa.

Para Gramsci, o termo intelectual jamais se referia a pessoas que se põem a pensar grandes pensamentos, que só elas e um pequeno círculo compartilham. Gramsci esperava que os comunicadores intelectuais/ativistas se integrassem organicamente com as classes trabalhadoras para o desenvolvimento de uma ordem social justa e culturalmente superior, ao contrário dos intelectuais organicamente integrados com as classes dominantes, cujos esforços comunicativos fortaleceram a hegemonia e o capital. (2002, p.48).

Da mesma forma, Downing cita o educador dialógico da pedagogia de Paulo Freire como sendo também o ativista da mídia radical. A filosofia de Freire serve ainda ao pesquisador para refletir a relação produtor ativista/audiência ativa, entendendo esta última como àquela que contribui também na elaboração dos produtos midiáticos e não os consome passivamente. “Ela propõe a democracia do processo de comunicação, mais uma vez reconhecendo a audiência como co-arquiteta na produção da mídia, de forma radicalmente oposta à ideologia da mídia comercial, segundo a qual ‘se eles nos assistem, devemos dar-lhes o que querem e necessitam’. (2002, p.82).

A ênfase em Bakhtin está em seu estudo sobre os romances e os discursos e vozes rivais neles representados, ou seja, o diálogo de vozes dentro do romance muito bem captado por Bakhtin poderia, na visão de Downing, “aplicar-se igualmente à mídia radical como esfera pública democrática e dialógica na cultura popular”. (2002, p.84).

Foi nesse contexto sufocante [durante a repressão stalinista na União soviética] que Bakhtin criticou as limitações do discurso poético, do discurso autorizado e do pensamento mítico em favor dos discursos internamente persuasivos. Com essa expressão ele se referia à linguagem e às vozes cotidianas do público em geral, que emergiam das experiências do público e de sua diversidade.

A mídia radical alternativa, na opinião de Downing, pode ser o teatro de rua, a arte performática, as danças, *buttons*, quadrinhos, murais, músicas, romances, vídeos, bem como pôsteres, jornais impressos, internet, rádios comunitárias, grafites, etc.

Downing abre espaço também para falar das repressões, por parte do Estado, que muitas vezes sofrem os ativistas da mídia radical como execução, cárcere, tortura, agressões fascistas, bombardeio de estações de rádio, ameaças, vigilância policial e táticas de intimidação. Dessa forma, o pesquisador reitera:

A história da mídia radical, como o próprio Gramsci só a duras penas descobriu em sua própria vida, é quase sempre uma história de sobrevivência e tensão perante a hostilidade veemente e às vezes mortal das autoridades. Inserir a mídia radical alternativa nesse contexto mais amplo do poder do Estado, da hegemonia e da insubordinação é um passo necessário para entendê-la. Precisamos estar atentos para as múltiplas formas de poder e subordinação, que com frequência se encontram entrelaçadas; para a centralização da cultura como o campo no qual se travam as lutas por liberdade e justiça (2002 54).

Diante do exposto, o que se pode afirmar é que apesar da grande resistência aos meios alternativos, eles entraram na pauta da teoria e dos debates acadêmicos. Os estudos têm sido fecundos e abrem perspectivas importantes para se entender um fenômeno que de modo algum é recente na cultura e na política. Portanto, a leitura desses renomados autores e suas abordagens – guardadas as especificidades de opinião de cada um naturalmente - se interpenetram e contribuem para iluminar os diversos objetos alternativos que se fazem



presente na história, na linguagem, na cultura do jornalismo, oferecendo contribuições, a sua maneira, para um sistema mais democrático de comunicação.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Perseu. *Imprensa Alternativa: alcance e limites*. Revista Tempo e Presença, n°. 233, agosto de 1988. Boletim Periscópio Internacional.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70, mais pra epa que pra oba...* Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

CHINEM, Rivaldo. *Imprensa alternativa – Jornalismo de Oposição e inovação*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

DOWNING, John. *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.

FERNÁNDEZ, Adrián José Padilha. Comunicação e cidadania na virada do século. Movimentos sociais e espaço público em frequência modulada – FM. In: DOWBOR, Ladislau..... (et al.). *Desafios da comunicação*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2000. Vários autores.

FONTCUBERTA, Mar de. *Alternativas em comunicaci3n*. Barcelona, Mitre, 1983.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organiza33o da cultura*. Rio de Janeiro: Civiliza33o Brasileira, 1968.

HABERMAS, Jürgen. *Mudan33a Estrutural da esfera p3blica. Investiga33o quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

KUNCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucion3rios nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1991.

MARCONI, Paolo. *A censura pol3tica na imprensa brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global editora, 1980.

PINTO, Lúcio Flávio. *Guerra Amaz3nica – O jornalismo na na linha de tiro de grileiros, madeireiros, intelectuais, etc.* Edi33o independente com textos extra3dos do Jornal Pessoal, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Hist3ria da imprensa no Brasil*. 4ª ed. [atualizada], Rio de Janeiro: Mauad, 1999.